

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR DE CRIANÇAS ASSISTIDAS  
PELO PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA (CRIA) DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS  
PALMARES**

***SOCIO-ECONOMIC CHARACTERIZATION OF CHILDREN ASSISTED BY THE  
CHILDREN ALAGOANA PROGRAM OF THE MUNICIPALITY OF UNIÃO DOS  
PALMARES***

**Tamires Estevam Lopes**

Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, Brasil

**Bianca Gomes de Souza**

Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, Brasil

**Micaely Cristina dos Santos Tenório**

Rede Nordeste de Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL

**Alexandra Rodrigues Bezerra**

, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, Brasil

**Marilene Brandão Tenório Fragoso**

Rede Nordeste de Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL

**Alane Cabral Menezes de Oliveira**

Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, Brasil

**Resumo** Objetivou-se caracterizar o perfil socioeconômico de crianças assistidas pelo referido programa em União dos Palmares, Alagoas. Estudo transversal, com aplicação de formulário padronizado eletrônico, em responsáveis de crianças de até 72 meses, beneficiárias do programa, residentes em União dos Palmares, em 2021. Foram avaliadas 200 crianças, com média de idade de  $27,2 \pm 13,32$  meses, onde foram identificados renda familiar mensal de  $345,93 \pm 270,37$  reais; 46% das famílias relataram localização da residência em rua de terra/cascalho; 7% utilizam lenha para cozimento dos alimentos; 6% e 9,5% das famílias não possuem banheiro e geladeira no domicílio, respectivamente.

**Palavras-chave:** nutrição; assistência social; insegurança alimentar.

**Abstract:** Regarding socioeconomic data, monthly family income of  $345.93 \pm 270.37$  reais and per capita income of  $238.74 \pm 240.55$  reais were identified, in which 84.5% of the families were beneficiaries of a social assistance program or benefit. , in addition to the CRIA In addition, 13% of the heads of household have less than 4 years of education, where those responsible for the child had a mean age of  $27.1 \pm 6.5$  years; 46% of the families reported the location of the residence on a dirt/gravel street; 20.5% use water from a well; 7% use firewood to cook food and 20.5% mentioned the need to use a stove and firewood for this purpose; 6% and 9.5% of families do not have a bathroom and refrigerator at home, respectively. Furthermore, the number of family members was  $3.48 \pm 1.27$ , with  $1.75 \pm 0.90$  corresponding to the number of children in the household.

**Keywords:** nutrition; social assistance; food insecurity.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou consideráveis avanços nos indicadores de saúde e nutrição infantil, onde notou-se uma redução substancial dos coeficientes de mortalidade infantil e dos déficits de altura entre crianças menores de 5 anos (SANTOS *et al.*, 2012). Entre os principais fatores para a melhora destas crianças, destaca-se o aumento da renda domiciliar, visto que esta é considerada transmissor intergeracional de desigualdade social, pelo simples fato de que crianças mais pobres possuem mais dificuldades de acesso a alimentos em quantidade suficiente e de maior qualidade nutricional, afetando assim sua saúde a curto e longo prazo (CASE; PAXSON, 2006; REIS; CRESPO, 2009).

Apesar dos notórios avanços, o Brasil ainda mantém um alto índice de pobreza entre sua população, concentrando-se principalmente na região Norte e Nordeste do país (INSTITUTO..., 2020). Quando analisado o estado de Alagoas, percebe-se que cerca de 34,6% da população encontra-se em estado de insegurança alimentar e nutricional, englobando 15,9% da população de 0 a 4 anos (INSTITUTO..., 2020). Uma nutrição apropriada durante este período, refletirá na capacidade de crescimento, aprendizado e desenvolvimento infantil, repercutindo assim em efeitos duradouros para saúde infantil e pública (BRASIL, 2021).

Diante desta conjuntura, o Programa Criança Alagoana (CRIA) destaca-se como uma política pública de caráter intersetorial, que visa promover o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, desde a gestação até os seis anos de idade, através de ações estratégicas na área da saúde, educação, assistência e desenvolvimento social (ALAGOAS, 2021).

Tendo em vista o impacto do perfil socioeconômico no desenvolvimento infantil e sabendo da vulnerabilidade social das crianças cadastradas no referido programa, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico familiar de crianças assistidas pelo programa CRIA cadastradas no município de União dos Palmares em Alagoas.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 METODOLOGIA

Estudo do tipo transversal, realizado através da aplicação de formulário padronizado eletrônico, em responsáveis de crianças até 72 meses de idade beneficiárias do programa CRIA, residentes no município de União dos Palmares- Alagoas, no ano de 2021, como parte de um projeto maior intitulado “Avaliação da efetividade do programa criança alagoana (CRIA) no município de União dos Palmares-Alagoas”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (sob parecer n ° 44202621.0.0000.5013).

A seleção dos participantes do estudo ocorreu a partir de amostragem por conveniência, em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município de União dos Palmares- Alagoas, onde após a criança ser cadastrada no programa CRIA, o órgão responsável repassava os dados cadastrais e o contato telefônico dos responsáveis. Em seguida, pesquisadores devidamente capacitados explicavam o estudo e convidavam o tutor da criança para participar da pesquisa.

Após o aceite, os participantes tinham acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e após concordarem com as condições do estudo, poderiam escolher responder o formulário eletrônico por telefone, onde nesse caso, um pesquisador devidamente treinado realizava as perguntas, ou ainda se preferia que este fosse enviado através de aplicativo de mensagens, e assim, respondido diretamente pelo participante, sob orientação do pesquisador responsável. Dentre os dados obtidos através da aplicação do formulário eletrônico, foram incluídos aspectos socioeconômicos, como renda, condições de moradia, número de membros da família, entre outros.

As análises dos dados foram realizadas com auxílio do pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Science*) versão 20.0, sendo expressos por meio de média, desvio padrão e frequência.

## 2.2 RESULTADOS

Foram avaliadas 200 crianças, com média de idade de  $27,2 \pm 13,32$  meses. Em relação aos dados socioeconômicos, foram identificados renda familiar mensal de  $345,93 \pm 270,37$  reais e renda per capita de  $238,74 \pm 240,55$  reais no qual 84,5% das famílias eram beneficiárias de programa ou benefício da assistência social, além do CRIA Ainda, 13% dos chefes de família possuem menos de 4 anos de estudo, onde os responsáveis pela criança tinham média de idade de  $27,1 \pm 6,5$  anos; 46%

das famílias relataram localização da residência em rua de terra/cascalho; 20,5% utilizam água proveniente de poço; 7% utilizam lenha para cozimento dos alimentos e 20,5% referiram a necessidade de utilizar fogão e lenha para este fim; 6% e 9,5% das famílias não possuem banheiro e geladeira no domicílio, respectivamente. Ademais, foram observados número de membros da família de  $3,48 \pm 1,27$ , sendo  $1,75 \pm 0,90$  correspondente ao número de criança no domicílio. Ainda, 3% e 12,5% das crianças não estavam com a vacinação e suplementação de vitamina A em dia, respectivamente.

### 2.3 DISCUSSÃO

Os programas de transferência de renda tornaram-se relevantes no cenário social nacional ao promover acesso à serviços básicos de saúde, educação e assistência (SANTOS *et al.*, 2019). Considerando isso, situações de renda insuficiente associada com a dificuldade de acesso regular e permanente a alimentos pode caracterizar um quadro de insegurança alimentar, pois quanto menor o rendimento mensal domiciliar *per capita*, maior a proporção de domicílios nesta situação (COTA & MACHADO, 2013). Em nosso estudo, a renda média mensal das famílias das crianças estudadas era menor que o salário-mínimo nacional, sendo composto basicamente pelo recebido por programas de transferência de renda, incluindo o CRIA.

O estudo de Lucia e colaboradores (2017) mostrou que 94,9% das famílias das crianças estudadas possuíam renda mensal *per capita* menor que 1 salário-mínimo, sendo que 43,9% possuíam renda familiar total mensal menor 1,5 salários mínimos. Ainda, 58,2% das crianças apresentaram peso ao nascer dentro da normalidade ( $\geq 3.000\text{g}$ ), 24,4% nasceram de parto prematuro e 60,2% nasceram de parto cesáreo. A média de peso ao nascer do nosso estudo também estava dentro da normalidade, mas a prevalência de prematuridade e parto cesáreo foram menores.

Além dos programas de transferência de renda, políticas públicas também foram criadas visando a eliminação e controle de doenças que atingiam as diversas camadas da sociedade, inclusive as mais carentes. Com isso, foi criado o Programa Nacional de Vacinação, de acesso universal e contínuo, que oferece um amplo leque de vacinas disponibilizadas nos serviços públicos de saúde, onde o calendário vacinal para crianças de até 5 anos inclui pelo menos 15 vacinas diferentes, além das suas doses de reforço (BARCELOS *et al.*, 2021). Em nosso estudo a cobertura vacinal estava em dia em quase 97% das crianças. Já a suplementação de vitamina A estava em atraso em 12,5% das

crianças, fato que preocupa visto que a deficiência de vitamina ainda é frequente em nosso país, chegando a 16,9% em crianças menores de 2 anos e 17,8% em maiores de 2 anos (LIMA *et al.*, 2018).

Resultados como o do nosso estudo reforçam a necessidade de se estudar as condições socioeconômicas e de saúde das crianças do nosso estado, visto que esses dados podem auxiliar na criação e no reforço de políticas públicas que visam a melhora da qualidade de vida e das situações de insegurança alimentar e nutricional dessas famílias.

## CONCLUSÃO

No estudo foram observados alta frequência de baixa instrução do chefe da família, utilização de lenha para preparo dos alimentos, falta de banheiro e geladeira em alguns dos domicílios. Esses achados evidenciam uma situação de vulnerabilidade social, econômica e de insegurança alimentar, o que coloca em risco o processo de crescimento e desenvolvimento infantil, necessitando do direcionamento de mais políticas públicas voltadas para essa demanda.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS (Estado). Governo de Alagoas. **CRIA - Criança Alagoana**. Maceió: CRIA, 2021. Disponível em: <https://www.cria.al.gov.br/o-programa/>. Acesso em: 12 out. 2021.

BARCELOS, R.S. *et al.* Cobertura vacinal em crianças de até 2 anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família, Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 3, p. 1-17. 2021. Disponível em: 13 out. 2021. <https://www.scielo.org/article/ress/2021.v30n3/e2020983/> Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 80p. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_crianca\\_brasileira\\_versao\\_resumida.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_crianca_brasileira_versao_resumida.pdf). Acesso em: 12 out. 2021.

CASE, A; PAXSON, C. Children's Health and Social Mobility. **The Future of Children**, v. 16, n. 2, p. 151-172. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1353/foc.2006.0014>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17036550/>. Acesso em: 12 out. 2021.

COTTA, R.M.M. *et al.* Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60. 2013.

Disponível em: <https://scielosp.org/article/rpsp/2013.v33n1/54-60/pt/#ModalArticles> Acesso em: 13 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018** – POF. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

LIMA, D.B. *et al.* Deficiência de vitamina A em crianças brasileiras e variáveis associadas. **Revista Paulista de Pediatria.**, v. 36, n. 2, p. 176-185. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/YFmhcTHBZqHqRGG4Z8nk93B/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 out. 2021.

LUCIA, C.M.D. *et al.* Perfil socioeconômico e condições de saúde de pré-escolares de duas creches filantrópicas do município de Viçosa, MG. **RASBRAN Revista Brasileira de Nutrição**, v. 8, n. 2, p. 3-11. 2017. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/655> Acesso em: 13 out. 2021.

REIS, M.; CRESPO, A. **O Impacto da Renda Domiciliar sobre a Saúde Infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1397.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1397.pdf). Acesso em: 12 out. 2021.

SANTOS, A. M. A. *et al.* Os Determinantes Socioeconômicos do Estado de Saúde das Crianças do Brasil Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p.473-492. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/C3jjCbcQyxzgzLSftL4K8Ck/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

SANTOS, M.C.S. *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 24, n.6, p. 2233-2247. 2019. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2019.v24n6/2233-2247/> Acesso em: 13 out. 2021.